



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Movimentos sociais e participação social)

**As políticas sociais do governo Dilma Rousseff
retratadas por meio da charge na imprensa sindical**

Rozinaldo Antonio Miani ¹
Gabriela da Costa Oliveira ²

Resumo. Em continuidade ao petismo no governo federal, o governo Dilma Rousseff (2011-2016) deu seguimento às políticas sociais iniciadas no governo Lula, além de implementar seus próprios programas sociais como o Plano Brasil Sem Miséria, o Pronatec e o Programa Mais Médicos. Todos esses programas receberam atenção da mídia e, de modo particular, foram retratados por meio de charges. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é analisar a produção chágica veiculada na imprensa sindical referente às políticas sociais desenvolvidas pelo governo Dilma Rousseff verificando a forma como foram assimiladas e retratadas pelo movimento sindical.

Palavras-chave: Governo Dilma Rousseff; políticas sociais; imprensa sindical; charge.

Abstract: Continuing the PT movement in the federal government, the Dilma Rousseff government (2011-2016) continued the social policies initiated in the Lula government, in addition to implementing its own social programs such as the Brasil Sem Miséria Plan, Pronatec and the Mais Médicos Program. All these programs received media attention and, in particular, were portrayed through editorial cartoons. In this sense, the objective of this article is to analyze the chargica production published in the union press regarding the social policies developed by the Dilma Rousseff government, verifying the way in which they were assimilated and portrayed by the union movement.

Keywords: Government Dilma Rousseff; social politics; union press; editorial cartoon.

¹ Docente do Departamento de Comunicação e do PPGSER/Uel. Coordenador do PPGCom/Uel. Doutor em História. Pós-doutor pela ECA/USP. E-mail: rmiani@uel.br

² Estudante de graduação no curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e bolsista de iniciação científica. E-mail: gabrieladacoli@gmail.com



1 - INTRODUÇÃO

No contexto do que ficou conhecido como “modo petista de governar”, a estratégia inicial de Lula de lançar o documento intitulado “Carta ao povo brasileiro” (SILVA, 2002) - prometendo que não faria grandes mudanças na condução da política econômica brasileira, caso fosse eleito -, bem como a sofisticada engenharia estabelecida por Lula e pelo próprio Partido dos Trabalhadores (PT) para se “adequar” a algumas condições políticas impostas pelos aliados que formaram a Coligação “Lula Presidente” (PT / PL / PC do B / PMN / PCB) e, com isso, viabilizar a governabilidade para o governo Lula (2003-2010), resultou na constituição do chamado projeto social-desenvolvimentista que, em linhas gerais, foi marcado pela premissa de que o social se constituía como o grande centro das políticas de desenvolvimento (MERCADANTE, 2010).

No âmbito das políticas econômicas, muito há que se criticar e problematizar em relação à condução assumida pelo governo Lula, na medida em que o referido governo “[...] manteve o arranjo institucional iniciado pelo governo anterior [governo FHC], isto é, a política de metas de inflação, metas de resultado primário, e câmbio flutuante.” (BARBOSA, 2010, p.21), reafirmando bases fundamentais de um projeto neoliberal.

Porém, no âmbito das políticas sociais, o referido governo petista se comprometeu com o combate à miséria e às desigualdades sociais e, principalmente, com o programa assistencial de transferência de renda Bolsa Família - que, em linhas gerais, foi responsável por tirar milhões de brasileiros da condição de miserabilidade absoluta e proporcionar um processo de distribuição de rendas - esse compromisso foi, em boa medida, cumprido. Além disso, a diminuição drástica do desemprego, o controle da inflação, a valorização do salário mínimo, a promoção de políticas de igualdade racial e de gênero, dentre outras conquistas, também devem ser creditados como legados positivos do governo Lula.

Tudo isso creditou o Partido dos Trabalhadores a seguir conduzindo os rumos do governo brasileiro, que se concretizou com as duas vitórias consecutivas de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010 e de 2014 e que configurou o governo Dilma Rousseff (2011-2016) como uma continuidade do petismo no governo federal.

As políticas e as ações do governo Dilma Rousseff foram acompanhadas pela sociedade brasileira e, de modo particular, receberam bastante atenção por parte dos movimentos sociais. Por sua vez, a imprensa brasileira registrava os principais acontecimentos envolvendo o referido governo petista e, no caso específico da imprensa sindical (por meio de suas notícias e análises e também de sua produção chárstica), a implementação e os desdobramentos das políticas sociais recebiam um tratamento especial



pela importância que representavam para os trabalhadores em relação à expectativa de proporcionar melhorias na condição de vida.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é analisar a produção chárstica veiculada na imprensa sindical referente às políticas sociais desenvolvidas pelo governo Dilma Rousseff verificando a forma como tais políticas foram assimiladas e retratadas pelo movimento sindical. Para tanto, iniciaremos apresentando breves considerações a respeito das políticas sociais do governo Dilma Rousseff e faremos alguns apontamentos sobre as características gerais da imprensa sindical e da charge. Na sequência, apresentaremos e analisaremos algumas charges publicadas pela imprensa sindical retratando as principais características das políticas sociais e como elas repercutiram na realidade do trabalhador brasileiro.

2 - O GOVERNO DILMA ROUSSEFF E A CONTINUIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS

A vitória de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010 representou a continuidade do petismo no governo federal. Mais do que isso, por ter sido “apadrinhada” por Lula, a expectativa era de que Dilma, ao menos no início, seguisse de modo muito contundente as políticas praticadas por seu antecessor.

Seguidora e defensora do projeto social-desenvolvimentista praticado pelo governo Lula, Dilma Rousseff incorporou em seu programa de governo as políticas sociais em curso, ampliando-as, e, gradativamente, apresentou e implementou suas próprias políticas e programas sociais. Ivanete Boschetti (2013, p.356) destacou que dentre suas principais estratégias, Dilma deu “ênfase generalizada no aumento do consumo, substancialmente por meio de políticas de transferência de renda [...] e aponta um horizonte de políticas sociais focalizadas na extrema pobreza, em detrimento do investimento em políticas sociais universais”.

Apesar das críticas apresentadas por Armando Boito Jr. e Tatiana Berringer (2013) em relação à caracterização da política econômica aplicada pelos governos petistas como “neodesenvolvimentista”, os autores reconhecem que dentre os principais aspectos da referida política os governos petistas promoveram “políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres.” (BOITO JR.; BERRINGER, 2013, p.32).

Ou seja, há um reconhecimento hegemônico na sociedade brasileira - e os indicadores e estatísticas comprovam isso - que os governos petistas promoveram importantes mudanças na realidade social, principalmente, a partir da implantação de políticas públicas com destinação de investimentos nas áreas sociais bem mais significativos do que os praticados por governos anteriores.



Durante o governo Dilma Rousseff, houve a continuidade de vários programas e políticas sociais iniciados no governo Lula, dentre eles, o Programa Bolsa Família, o Programa Luz para Todos, o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa Brasil Sorridente e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Além disso, logo no primeiro trimestre de seu primeiro mandato, Dilma lançou o Programa Rede Cegonha, de apoio a gestantes, nutrizes e bebês.

Porém, o maior impulso em relação ao estabelecimento de novos programas e políticas sociais promovido pelo governo Dilma Rousseff ocorreu a partir de junho de 2011 com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria (BRASIL, 2011). Denise Ratmann Arruda Colin, Valéria Maria de Massarani Gonelli e Ana Heloísa Viana Silva Moreno (2014, p.349-350) descrevem assim o objetivo e as principais características do referido plano:

O Plano foi lançado no ano de 2011 com o objetivo de articular políticas públicas voltadas para o combate à desigualdade social e à pobreza, dando nova configuração às ações já existentes no âmbito federal e adicionando novas soluções. O Brasil sem Miséria foi organizado em torno de três eixos: a garantia de renda para superação imediata da situação de extrema pobreza; o acesso a serviços públicos para melhorar as condições de educação, saúde, proteção social; e a inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades. O Plano estruturou suas ações a partir do reconhecimento de que políticas sociais precisam ofertar um olhar integral para as demandas e necessidades dos sujeitos e para as distintas expressões da questão social. Por isso, adotou como estratégia principal a atuação intersetorial. Isso significa que as políticas públicas passaram a ser direcionadas de maneira integrada e em conformidade com determinado patamar de civilidade, a partir do reconhecimento da sua história de vida e do território onde o cidadão está inserido.

No mesmo dia do lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, Dilma Rousseff lançou a segunda edição do Programa Minha Casa, Minha Vida (criado em março de 2009 pelo governo Lula), prometendo entregar 2 milhões de casas para população de baixa renda até dezembro de 2014; de acordo com a Caixa Econômica Federal (CEF), faltou pouco mais de 40 mil unidades para atingir plenamente o objetivo estabelecido (REDAÇÃO, 2014, p.2).

Em outubro de 2011, o governo federal lançou mais um programa na área da educação. Tratava-se do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) criado por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de ampliar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. O Pronatec buscava expandir as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada, principalmente, para estudantes da rede pública, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

Outro programa lançado pelo governo Dilma Rousseff, ampliando as ações das políticas sociais na área da saúde, foi o Programa Mais Médicos, lançado em julho de 2013.



O principal objetivo do programa era contratar médicos estrangeiros para trabalhar durante um período determinado em postos de saúde de cidades pequenas não atendidas por profissionais da saúde; nesse contexto, houve uma legião de médicos cubanos que se inscreveram e ocuparam as vagas espalhadas pelo país, especialmente, nas regiões norte e nordeste. A síntese apresentada por Leonor Maria Pacheco Santos, Ana Maria Costa e Sábado Nicolau Girardi (2015, p.3547) a respeito do Programa Mais Médicos é que se tratava de “uma ação efetiva para reduzir as iniquidades em saúde”.

Todos esses programas atendiam, fundamentalmente, alguma área social; porém, ainda é preciso inserir aqueles programas que cumpriam, de modo mais direto, algum objetivo de ordem econômica, como por exemplo, programas voltados para a ampliação do emprego ou a política de valorização do salário mínimo, com desdobramentos efetivos na condição social dos setores mais pobres da população brasileira.

3 - MOVIMENTO SINDICAL E SUA IMPRENSA: SEMPRE ATENTOS ÀS AÇÕES DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Não há porque não reconhecer que o governo Dilma Rousseff - como também havia sido o governo Lula - era considerado pelas principais organizações políticas do movimento social como um governo “aliado”, principalmente, para a fração do movimento sindical vinculado à principal central sindical do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No entanto, havia setores importantes do movimento social, de modo geral, e do movimento sindical, de modo particular, que se afirmavam críticos aos governos petistas; em muitas ocasiões, inclusive, as contradições produziam importantes rupturas nas relações entre o governo e tais organizações sociais e políticas. Porém, o reconhecimento de que os governos petistas deveriam ser “respeitados”, principalmente, pelo desenvolvimento do conjunto das políticas sociais voltadas para atender aos interesses dos setores mais pobres da população, era uma convicção que se podia observar com certa recorrência.

No que se refere ao sindicalismo, durante o período correspondente aos governos petistas o movimento sindical brasileiro vivia uma etapa que convencionamos caracterizar como “sindicalismo cidadão” (VERAS, 2005; MIANI, 2005). Antes disso, porém, como resposta à crise que se abateu sobre as organizações sindicais desde o início da década de 1990, o movimento sindical já vinha apresentando novas premissas que conduziam sua atuação política. A esse respeito, Rozinaldo Antonio Miani (2016, p.79-80) afirma:

Sedentos por encontrar uma saída “honrosa” para a crise que dissipava as organizações sindicais e seduzidos pelo amplo campo de possibilidades de atuação social, convertido arbitrariamente em espaços de ação sindical, os sindicatos



encamparam o discurso da cidadania e abdicaram definitivamente da perspectiva classista que configuravam as práticas sindicais do “novo sindicalismo”. Com o argumento velado de que não havia mais condições políticas para manter uma concepção de sindicalismo classista, de combate e de confronto ideológico com os patrões, os principais sindicatos cutistas passaram a disseminar a necessidade de se constituir um “sindicalismo cidadão”, que se revelou, em grande medida, um sindicalismo de conciliação de classes, protagonista de ações e discursos conservadores.

Sobre as características gerais que definem a concepção de sindicalismo cidadão, Roberto Véras (2005, p.264) afirma se tratar de

[...] uma prática sindical de caráter mais “propositivo”, que toma como centrais a defesa do emprego e dos direitos sociais, que busca ampliar a atuação nos espaços institucionais e influir de maneira mais direta na formulação e execução de políticas sociais, que procura articular-se mais fortemente com outras organizações e movimentos sociais, seja no âmbito local (sob o tema do “poder local”) e nacional (sob a discussão de um “projeto nacional”), seja no âmbito internacional.

Essa atuação propositiva de um sindicalismo cidadão a que se refere Véras (2005), combinada com a aproximação política do movimento sindical cutista com os governos petistas, ficou explicitada pela cobertura da respectiva imprensa sindical em relação às políticas sociais, principalmente, aquelas praticadas pelo governo Dilma Rousseff, corroborando o apoio e a confiança depositados no referido governo. As charges que retrataram tais políticas expressam bem essa adesão do movimento sindical ao governo Dilma.

3.1 - A retratação das políticas sociais do governo Dilma por meio das charges

Toda a realidade e o debate em torno do que representaram os programas e as diversas políticas sociais impulsionadas pelo governo Dilma Rousseff foram retratados com crítica e humor por meio das charges na imprensa sindical. Por charge, entendemos se tratar de “uma representação humorística de caráter eminentemente político que satiriza um fato ou indivíduo específicos” e que “é a revelação e defesa de uma idéia, portanto de natureza dissertativa.” (MIANI, 2005, p.25). No contexto da imprensa sindical, a charge “por se tratar de elemento fundamental da ação comunicativa, com vistas ao ‘diálogo’ entre direção sindical e base” (MIANI, 2005, p.40) contribuiu para o estabelecimento de uma nova cultura política à época do “novo sindicalismo” (ANTUNES, 1995) e que ainda se mantém como uma das principais estratégias comunicativas no âmbito da comunicação sindical.

Com relação às políticas sociais do governo Dilma Rousseff, o Plano Brasil Sem Miséria foi, certamente, sua principal expressão. Com o objetivo de “promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, reduzindo o percentual dos que se



encontravam abaixo da linha da pobreza até o ano de 2014.” (VIECELLI; GAZOLLA; MARINI, 2017, p.21), o Plano Brasil Sem Miséria ganhou destaque na imprensa sindical e, dentre as charges sobre o referido tema, uma das mais expressivas foi publicada no jornal *Sindiquim*, do Sindicato dos Químicos do ABC, na edição nº 1271 de junho de 2011 (figura 1), de autoria do chargista Márcio Baraldi.

Figura 1 - Plano Brasil Sem Miséria



Fonte: *Sindiquim*, edição nº 1271, junho de 2011, p.2.

Disponível em: <https://quimicosabc.org.br/wp-content/uploads/2013/08/jornal-sindiquim-1309-site.pdf>

Nesta charge, vemos a figura da presidenta Dilma Rousseff no alto de um penhasco puxando uma corda que está amarrada em um grande saco de dinheiro onde se pode ler “\$ 20 bilhões por ano”; tratava-se de uma informação referente ao volume de recursos públicos destinado por seu governo para o Plano Brasil Sem Miséria. Na outra ponta da corda, abaixo, vemos uma diversidade de pessoas (representando os setores mais empobrecidos da população brasileira), mergulhados na miséria extrema (conforme se pode constatar pelos dizeres da placa). Além de puxar a corda, a presidenta dizia: “Muito bem! todos para cima”, em explícita alusão ao seu compromisso assumido de retirar milhões de brasileiros da pobreza.

O colorido da charge, as expressões de alegria de todas as figuras e a mensagem que se pode extrair da situação retratada são reveladoras da cumplicidade assumida pelo sindicato que publicou a charge (Sindicato dos Químicos do ABC, filiado à CUT) em relação ao apoio e à confiança de que o Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo governo Dilma Rousseff, pudesse, de fato, atingir plenamente os seus objetivos.



Outra charge de Márcio Baraldi, também publicada no jornal *Sindiquim*, em sua edição 1309 de agosto de 2013 (figura 2), fazia uma síntese da situação do Brasil em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que havia melhorado significativamente nos últimos 10 anos (ou seja, durante os governos petistas).

Figura 2 - IDH do Brasil subiu muito nos últimos 10 anos



Fonte: *Sindiquim*, edição nº 1309, agosto de 2013, p.8.

Disponível em: <https://quimicosabc.org.br/wp-content/uploads/2013/08/jornal-sindiquim-1309-site.pdf>

Considerando que o IDH é uma medida usada para classificar e qualificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população de um país e que o avanço na melhoria das condições de vida se devem, em grande medida, aos resultados obtidos com as políticas sociais, a charge cumpria o papel de reforçar a avaliação positiva que o movimento sindical atribuía às políticas sociais do governo Dilma (e também do governo Lula), por reconhecer que tais políticas estavam contribuindo para tirar o Brasil da “lama da pobreza”, e “subindo a escada” do desenvolvimento e da justiça social.

A próxima charge a ser analisada é de autoria do chargista Bira Dantas e foi produzida para o Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo (Sinergia), disponibilizada na galeria de charges do *site* do referido sindicato (figura 3).

Figura 3 - Emprego e renda aumentam no governo Dilma Rousseff



Fonte: *Sinergia*, 06 de fevereiro de 2013.

Disponível em: <https://www.sinergiaspcut.com.br/galeria-de-charges/nggallery/page/21>



Nesta imagem, vemos o recurso da metalinguagem sendo utilizado para tratar das políticas sociais do governo Dilma Rousseff. A temática principal que se pode observar na charge é a valorização da própria imprensa do sindicato ao verificarmos que no diálogo entre os personagens a questão abordada é sobre o fato de a informação de que “emprego e renda aumentam no governo Dilma” ter sido dada como manchete apenas no jornal do sindicato. E ainda, os personagens aproveitam para fazer a crítica aos “jornalões” da mídia burguesa.

O reconhecimento por parte do movimento sindical de que as políticas sociais do governo Dilma Rousseff estavam no caminho certo gerou manchete em sua imprensa. No entanto, o leitor só percebe que a intenção principal é valorizar os resultados das políticas do governo Dilma ao “ler a manchete” publicada no próprio jornal que estava sendo lido por um trabalhador. Portanto, o aumento do emprego e da renda dos trabalhadores, como resultado das políticas sociais do governo Dilma - ao receber tratamento especial na imprensa sindical e não ter sido tratado com a mesma ênfase pela grande imprensa - pode ser compreendido como uma adesão e apoio do movimento sindical ao referido governo, considerado como aliado dos trabalhadores.

Apesar de não ter sido produzida originalmente para a imprensa sindical, o chargista Bira também produziu uma charge sobre o Programa Mais Médicos que compõe uma coletânea envolvendo vários chargistas que disponibilizaram suas charges para um álbum do *site* UOL sobre o referido Programa (figura 4). Como Bira Dantas é um chargista que sempre atuou na imprensa sindical, suas charges são geralmente reproduzidas em alguma produção comunicativa de sindicato e, certamente, expressam plenamente a lógica da imprensa sindical.

Figura 4 - Programa Mais Médicos



Fonte: Charge de Bira Dantas

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/album/2013/09/08/charges-retratam-programa-mais-medicos.htm?foto=22>



Nessa charge, vemos um contexto de disputa política entre o projeto do governo Dilma Rousseff - que propôs o Programa Mais Médicos - e os interesses corporativos de setores da categoria médica. Enquanto o Programa se propõe a garantir o atendimento médico à população das regiões mais periféricas, afastadas e pobres do território brasileiro, garantindo mais saúde para as pessoas, vemos a representação de uma tentativa de sabotagem (por meio de explosão por dinamite) realizada por médicos favoráveis ao “Ato Médico” - Lei Federal nº 12.842/2013 que estabelece as atividades exclusivas que devem ser praticadas por médicos legalmente habilitados - e que se constituiu em um dos pontos de maior tensão entre os interesses corporativos dos médicos brasileiros e a necessidade de oferecer atendimento de saúde à população. Na mesma perspectiva que a charge anterior, a posição defendida na imagem é de apoio ao governo Dilma Rousseff, acrescida de uma crítica aos críticos do Programa.

Porém, nem todas as charges veiculadas na imprensa sindical que retrataram as políticas sociais do governo Dilma Rousseff foram necessariamente favoráveis às referidas políticas ou ao governo. O caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), certamente, foi um dos mais polêmicos. Um exemplo de retratação crítica pode ser conferido na charge produzida pelo chargista Carlos Latuff (figura 5) e publicada no site do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe).

Figura 5 - A quem serve o Pronatec?



Fonte: Charge de Bira Dantas

Disponível em: <https://sinasefe.org.br/memoria/2014/06/02/a-quem-serve-o-pronatec/>

Na prática, o Pronatec não conseguiu se efetivar como uma política pública. Apesar de ter promovido a ampliação do acesso à educação profissional técnica, o fato de ter ampliado o volume de dinheiro público investido no setor privado só explicitou alguns compromissos do governo Dilma Rousseff com o setor empresarial, sem contar que ainda



favoreceu o estabelecimento de um processo de qualificação focado, fundamentalmente, no mercado de trabalho. E foi exatamente esse o contexto explorado pelo chargista Latuff que retratou a figura da presidenta Dilma despejando sacos de dinheiro do orçamento da educação pública e que foram sendo sugados pelo “Sistema S”.

Ou seja, ao invés de investir mais recursos nas estruturas do próprio sistema público de Educação e, pelo contrário, priorizar o repasse de verbas para a iniciativa privada, o Pronatec se tornou uma política que, na sua lógica, não atendia, fundamentalmente, aos interesses da classe trabalhadora e, justamente por isso, não ficou ileso de críticas por parte do movimento sindical, como se pode constatar na charge veiculada pelo Sinasefe.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas sociais desenvolvidas pelo governo Dilma Rousseff - no bojo do projeto social-desenvolvimentista -, apesar de seus limites e contradições, representou uma das principais virtudes do referido governo, condição também aplicada ao seu antecessor, o governo Lula.

O movimento sindical, em sua prática identificada como “sindicalismo cidadão”, abordou por meio da imprensa sindical sua posição majoritariamente favorável às políticas sociais do governo. Dentre as estratégias comunicativas utilizadas, a charge foi, particularmente, uma das mais recorrentes e mais explícitas no apoio e confiança demonstrada pelo movimento sindical ao governo Dilma Rousseff, em especial, às suas respectivas políticas sociais.

Nesse artigo, procuramos apresentar e analisar algumas dessas charges, mas reconhecemos que a riqueza e mesmo as particularidades de abordagens críticas aos programas e projetos sociais do governo Dilma Rousseff retratadas pelas charges merecem ainda mais atenção e, nesse sentido, aproveitaremos outras oportunidades para seguir realizando análises sobre a produção chárstica da imprensa sindical sobre as políticas sociais do referido governo, inclusive, ampliando o escopo também para a retratação de programas e projetos na área econômica.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BARBOSA, Nelson. Uma nova política macroeconômica e uma nova política social. *In*: PIETÁ, Elói (org.). **A nova política econômica**: a sustentabilidade ambiental. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. pp.21-36.



BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v.21, n.47, p.31-38, Set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 fev. 2020.

BOSCHETTI, Ivanete. Política de desenvolvimento econômico e implicações para as políticas públicas. **SER social**, Brasília, v.15, n.33, p.261-384, jul./ dez. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n. 7492**, de 02 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm. Acesso em: 18 maio 2021.

COLIN, Denise Ratmann Arruda Colin; GONELLI, Valéria Maria de Massarani; MORENO, Ana Heloísa Viana Silva. O Plano Brasil se Miséria e a contribuição da política de assistência social na oferta de serviços para a garantia de necessidades sociais básicas. *In*: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da (Org.). **O Brasil sem miséria**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014, pp.349-363.

MERCADANTE, Aloízio. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil**: análise do governo Lula (2003-2010). 2010. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990**: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Assis: Unesp/Campus Assis, 2005. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

MIANI, Rozinaldo Antonio. O sindicato cidadão nas páginas da imprensa sindical. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v.11, n.3, p. 69-89, 2016. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/71>. Acesso em: 4 abr. 2022.

REDAÇÃO. Os avanços e as crises do primeiro mandato de Dilma Rousseff. **Agência Senado**, Brasília. 30/12/2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/30/os-avancos-e-as-criSES-do-primeiro-mandato-de-dilma-rousseff>. Acesso em: 18 maio 2021.

SANTOS, Leonor Maria Pacheco; COSTA, Ana Maria; GIRARDI, Sábado Nicolau. Programa Mais Médicos: uma ação efetiva para reduzir iniquidades em saúde. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2015, vol.20, n.11, pp.3547-3552. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v20n11/1413-8123-csc-20-11-3547.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

SILVA, Luis Inácio Lula da. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

VÉRAS, Roberto. **“Sindicato cidadão”**: novos rumos do sindicalismo brasileiro?, 2002. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/166.pdf>. Acesso em: 12 Fev. 2013.

VIECELLI, Pahola; GAZOLLA, Márcio; MARINI, Marcos Junior. Plano Brasil Sem Miséria: uma análise das metas e do acesso às políticas públicas de inclusão produtiva no campo. **Revista Grifos**, n.42, p.14-45, 2017.